

“O pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais

Ana Clara Telles C. de Souza*

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar as contribuições das teorias feministas para a disciplina de Relações Internacionais. Entende-se que abordagens feministas e de gênero à disciplina desafiam sobremaneira os postulados ontológicos e epistemológicos tradicionais em política internacional, abrindo novos caminhos para se pensar o quê e como se estudam as relações internacionais. Se questionamentos feministas no campo começam por perguntar “onde estão as mulheres na política internacional?”, posteriormente eles se desenvolvem em uma robusta agenda de pesquisa preocupada com as consequências políticas da manutenção das Relações Internacionais como uma disciplina centrada no Estado e preocupada com “a guerra e a paz”. O feminismo desafia, portanto, as inúmeras certezas disciplinares das Relações Internacionais, sobretudo no que tange às concepções de “segurança”, “política” e “poder”.

Palavras-chave: Relações Internacionais; política internacional; teorias feministas; gênero.

Introdução

Nas Relações Internacionais, questões de política internacional são definidas tradicionalmente em termos de guerra e paz. Como legado do fim da Segunda Guerra Mundial e do período da Guerra Fria, a disciplina testemunhou a consolidação do realismo como corrente teórica dominante, de forma que sua institucionalização se tornou indissociável das preocupações realistas históricas com temas de segurança nacional e estudos estratégicos. Como um campo de estudo que se desenvolveu, sobretudo, nos Estados Unidos, as Relações Internacionais se consolidam como o estudo científico do Estado e de suas relações com seus pares no sistema internacional, de modo que considerações sobre relações sociais de poder são desqualificadas como objeto legítimo de análise (HOFFMAN, 1977).

Embora seja difícil precisar um momento certo, leituras feministas sobre política internacional começaram a aparecer na literatura de Relações Internacionais a partir da

* Ana Clara Telles C. de Souza é mestranda em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) e especialista em Análise de Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). E-mail: anaclara.telles@hotmail.com.

década de 1980. Como fruto do crescimento dos movimentos sociais de mulheres, essas abordagens se vincularam, inicialmente, aos estudos da Economia Política Internacional, uma subárea que, à época, apresentava-se mais receptiva a questionamentos sobre a subinclusão das mulheres na disciplina (WHITWORTH, 1994). A relação entre feminismos e Relações Internacionais se torna mais profunda, no entanto, no contexto do chamado “terceiro debate” em Relações Internacionais, momento em que se acentuavam críticas e desafios aos postulados convencionais da disciplina de influência realista, sobretudo no que tange a *o quê e como* se estudava a política internacional (TICKNER, 2001).

Por esse motivo, a interseção entre teorias feministas e Relações Internacionais não pode ser dissociada das profundas transformações de cunho ontológico e epistemológico pelas quais passaram a disciplina desde as últimas décadas do século XX e sobre as quais autoras e pensadoras feministas tiveram considerável influência (MONTE, 2013). Sendo assim, propomos uma caminho de análise que começa pelos primeiros questionamentos ao campo colocados pelo pensamento feminista, sobretudo no que tange à pouca representatividade das mulheres nas áreas em que se acreditava que a política internacional era feita, passando pelas posteriores reflexões críticas acerca do que são as relações internacionais e como elas são estudadas e praticadas. Nosso foco, portanto, será na forma como as teorias feministas e de gênero contribuíram para o movimento de reflexão metateórica que, nas Relações Internacionais, começa a partir da década de 1980, influenciando novas reflexões políticas dentro do campo que fossem sensíveis a desigualdades e hierarquias de gênero.

“Onde estão as mulheres na política internacional?”

Dentro das Relações Internacionais, o debate sobre a subinclusão das mulheres na política internacional foi capitaneado, primeiramente, pelo chamado “feminismo liberal” (WHITWORTH, 1994). Em um campo convencionalmente dominado por duas correntes teóricas preponderantes – o realismo, por um lado, e o liberalismo, por outro[†]

[†] Resumidamente, enquanto o realismo entende o sistema internacional como um ambiente anárquico em que seus principais atores, os Estados, buscam a sobrevivência através da luta por poder – definido em termos materiais e, preferencialmente, militares –, o liberalismo enxerga esses mesmos Estados como atores que podem, através de cálculos racionais, engajarem-se em atividades de cooperação com vista a ganhos absolutos (MONTE, 2013).

–, as autoras feministas liberais se preocupavam com a incorporação de mulheres nas relações internacionais baseadas em princípios tradicionais do liberalismo político como a igualdade de direitos civis e de oportunidades (TICKNER, 2001). Ao perguntar onde estavam as mulheres na política internacional, o feminismo liberal esperava jogar luz em duas questões distintas, mas interligadas: primeiramente, na posição de subinclusão das mulheres nos espaços tradicionais de política internacional – como chefes de Estado, diplomatas, servidoras das Forças Armadas, entre outros; e, em segundo lugar, na forma como os lugares que eram efetivamente ocupados por mulheres eram tornados invisíveis politicamente (WHITWORTH, 1994).

Com o tempo, esses questionamentos deixaram de ser exclusividade das autoras do feminismo liberal. Por um lado, acompanhando os debates que se davam dentro do próprio movimento feminista desde os anos 1960, começaram a se proliferar importantes críticas ao pensamento feminista liberal do que tange à reprodução de suposições teóricas dominantes nas Relações Internacionais. Por outro, a questão da sub-representatividade feminina foi absorvida por autoras de tradições distintas como o construtivismo, a Teoria Crítica e o pós-estruturalismo, abrindo espaço para uma agenda de pesquisa que não pode ser resumida às proposições do feminismo liberal (ZALEWSKI, 2010).

Desse modo, autoras feministas marcadamente influentes no campo, como J. Ann Tickner e Cynthia Enloe, partem da pergunta sobre onde estão as mulheres na política internacional para iniciar um debate mais amplo e profundo sobre gênero e Relações Internacionais. Tickner, por exemplo, dá início a um de seus mais importantes livros, *Gender in International Relations* (1992), constatando a baixa presença de mulheres não apenas como atores políticos relevantes em política internacional, mas também como acadêmicas da área, sobretudo no que tange a questões de guerra e paz – a área mais central e politicamente influente da disciplina. Da mesma forma, Enloe, em *Bananas, Beaches and Bases* (2000a), inicia sua reflexão sobre os papéis de gênero em contextos militarizados apresentando uma das icônicas fotos de Margareth Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990, em meio a seus colegas presidentes, chanceleres e ministros durante reunião do G7 em Veneza em 1987 – todos, à exceção de Thatcher, homens.

Para essas autoras – e para as demais feministas que buscam extrapolar os limites reflexivos do feminismo liberal –, a baixa presença de mulheres nos espaços da

política internacional, sejam eles a academia ou corpo político, é um sintoma de relações de poder desiguais entre gêneros cujo alcance social é muito mais amplo e profundo do que as soluções propostas pelo feminismo liberal são capazes de abordar. Entram em discussão, portanto, questões sobre a *construção social e política* das representações de gênero, sobre quem as (re)produz e sobre como elas são sustentadas, inferindo uma dimensão crítica de emancipação que, no feminismo liberal, resumia-se a trazer as mulheres para as esferas políticas internacionais. Sendo assim, parte significativa da corrente feminista da disciplina se distancia da suposição feminista liberal clássica – preocupada em resolver desigualdades de gênero através de medidas exclusivamente políticas, e, ou, legais – para refletir sobre como o não lugar das mulheres se associa a um imaginário político de gênero social e historicamente construído: o masculino como forte, poderoso, autônomo e racional; o feminino como fraco, ingênuo, incapaz e até mesmo “antipatriótico” (TICKNER, 1992, p. 3).

Nesse sentido, questionar-se sobre o lugar que as mulheres (não) ocupam no cenário internacional é apenas um primeiro passo para se pensar, a partir da crescente literatura feminista do campo, relações de desigualdade e opressão entre gêneros na política internacional. Mais do que verificar as causas e as consequências da baixa presença de mulheres nos espaços onde as relações internacionais acontecem, leituras feministas de Relações Internacionais extrapolam suas críticas em direção a como representações e papéis de gênero – de maneira simplificada, estereótipos sociais sobre masculinidade e feminilidade – influenciam e se relacionam à condução histórica da política mundial. A partir desses questionamentos, abrem-se discussões sobre o que é considerado objeto de estudo pela disciplina e sobre que forma de ciência é concebida como legítima para estudá-las; em outras palavras, debates e reflexões sobre como a disciplina das Relações Internacionais é construída, e como ela deve se reconstruir.

Nas palavras de Ticker (1992),

“Ignoring women’s experiences contributes not only to their exclusion but also to a process of self-selection that results in an overwhelmingly male population both in the foreign policy world and in the academic field of international relations. [...] **If women’s experiences were to be included, a radical redefinition of the field would have to take place**” (TICKNER, 1992, p. 4-5 – grifos nossos)

“O pessoal é internacional”

Uma agenda feminista em política internacional demanda reflexões que vão além do que as teorias tradicionais da disciplina são capazes de oferecer. Ao refletir sobre a forma como o “gênero” é construído a partir de discursos e práticas econômicos, políticos, sociais e institucionais, essas abordagens provocam questionamentos sobre verdades naturalizadas, sobretudo em termos de gênero, e sobre quem as proclama (WHITWORTH, 1994). De acordo com Zalewski (2010), ao encorajar a reflexão sobre o porquê de atividades tradicionalmente associadas às mulheres ou à feminilidade serem irrelevantes no contexto da política internacional, as perspectivas feministas impõem ao campo duas importantes consequências: (1) elas evidenciam a forma como as relações internacionais são mais *complexas e profundas* do que as teorias tradicionais da disciplina dão conta; e (2) elas suscitam perguntas sobre como as *relações de poder* acontecem, de modo que seja possível uma subjugação histórica e sistemática das mulheres e do feminino na política mundial.

Dessa forma, leituras feministas sobre política internacional têm o potencial de desafiar certezas disciplinares do campo de Relações Internacionais, reconsiderando e dando novo significado a conceitos centrais da disciplina, como “política” e “poder”. Para Cynthia Enloe (2004), por exemplo, um dos problemas centrais do campo diz respeito justamente à sistemática subestimação das quantidades e variedades de poder que operam na política internacional por parte das teorias tradicionais, que invisibilizam hierarquias e desigualdades, inclusive as de gênero. De modo parecido, Marysia Zaleski (1996) argumenta que as teorias convencionais da disciplina olham superficialmente para os eventos sociais que estuda, uma vez que desconsideram como político inúmeras práticas cotidianas que não se encaixam em teorias pré-formuladas e ideais de cientificidade. O que se verifica é uma crítica substantiva, por parte de uma diversidade de autoras e vozes feministas, a pressupostos ontológicos e epistemológicos tradicionais das Relações Internacionais, sobretudo no que tange à forma como as relações políticas de poder são tradicionalmente estudadas – como atributos materiais dos Estados.

Portanto, em um contexto que colhe os frutos do “terceiro debate” em Relações Internacionais – que definitivamente abriu caminho, dentro da disciplina, para se pensar novas ontologias, novos objetos de estudo e novas formas de obtenção de conhecimento –, as teorias feministas têm papel de destaque. Se, durante a segunda onda feminista,

populariza-se a máxima “o pessoal é político”, dentro das Relações Internacionais, abordagens feministas procuram demonstrar que “o pessoal é internacional”[‡]. Em última instância, uma nova significação do *político* – do que concerne a relações de poder e a quem são os indivíduos ou atores afetados por elas – implica em uma transformação nos pressupostos tradicionais do *o quê* deve ser estudado pela Ciência Política e as Relações Internacionais, e de *como* ele deve ser estudado.

No que concerne, por exemplo, ao subcampo da segurança internacional – que envolve o estudo de questões de guerra e de paz e que ainda é central à disciplina de Relações Internacionais –, abordagens feministas possibilitaram uma reformulação do que se consideram ameaças, objetos de estudo e, especialmente, do que se entende por “segurança” e “proteção”. Autoras feministas de Relações Internacionais foram responsáveis, portanto, por finalmente colocar em discussão questões como o uso do estupro como estratégia militar – e não como um “incidente” ou “efeito colateral” de situações de conflito – e construir reflexões sobre o fato de a maior parte das vítimas civis de conflitos armados, bem como de pessoas refugiadas e deslocadas, ser composta por mulheres e crianças (KELLY, 2000; TICKNER, 2001). Ao abordar essas questões, as leituras feministas de segurança internacional desafiavam ontologicamente a lógica (advinda do paradigma realista) do Estado como provedor último da segurança de seus cidadãos, questionando a forma como a perseguição de um ideal estatal de segurança põe em risco a vida e a integridade daqueles e, especialmente, *daquelas* que deveriam ser “protegidos” (DALBY, 1997).

Conclusão

O silêncio dos acadêmicos de Relações Internacionais sobre as mulheres parecia significar no passado ou que a política internacional era neutra em termos de gênero ou que gênero não era um objeto de estudo relevante para a disciplina (WHITWORTH, 1994). O que teóricas feministas salientam, no entanto, é que entender o campo dessa forma é reproduzir relações de poder que impõem precisamente uma posição de invisibilidade às mulheres. Dessa forma, uma agenda feminista em política internacional não admite que se discutam as Relações Internacionais à revelia das mulheres, de suas

[‡] Essa frase foi especificamente cunhada por Cynthia Enloe em *Bananas, Beaches and Bases* (2000a), uma influente obra feminista de Relações Internacionais.

experiências e de seus pontos de vista – seja como acadêmicas, chefes de Estado ou como indivíduos impactados pelo curso da política mundial.

Caminhando nesse sentido, teorias feministas de Relações Internacionais têm o potencial de desafiar os pressupostos ontológicos que dominam tradicionalmente a disciplina – o Estado como principal ator da política internacional, cujo objetivo maior é proteger seus cidadãos de ameaças externas – bem como as certezas epistemológicas sobre saber e conhecimento – a existência de uma ciência neutra, inclusive em termos de gênero, que procura respostas certas para problemas objetivos. Praticar o feminismo nas Relações Internacionais significa, portanto, questionar as fronteiras disciplinares do campo, explorando novas questões e caminhos. Nesse sentido, o feminismo traz às Relações Internacionais ontologia e epistemologia próprias, que começam pela simples pergunta “onde estão as mulheres?” para evidenciar uma gama de conexões não exploradas, hierarquias não denunciadas e inquietações não verbalizadas.

Referências bibliográficas

DALBY, Simon. Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse In: KRAUSE, K. & WILLIAMS, M (eds.). *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Taylor & Francis e-Library, 1997.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press, 2000a.

_____. *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. London: University of California Press, 2000b.

_____. *The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire*. Londres: University of California Press, 2004.

FIERKE, Karin M.. *Critical Approaches to International Security*. Londres: Polity Press, 2007.

HOFFMAN, Stanley. International Relations: An American Social Science. *Daedalus*, n. 106, ed. 3, 1977.

KELLY, Liz. Wars Against Women: Sexual Violence, Sexual Politics and the Militarised State. In: JACOBS, S., JACOBSON, R. & MARCHBANK, J. (eds.). *States of Conflict: Gender, Violence and Resistance*. Londres: Zed Books, 2000.

MONTE, Izadora. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *Estudos Feministas*, n. 21, ed. 1, Florianópolis, 2013.

TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. Nova York: Columbia University Press, 1992.

WHITWORTH, Sandra. *Feminism and International Relations*. Londres: Macmillan Press, 1994.

ZALEWSKI, Marysia. All these theories and the bodies keep piling up: theories, theorists, theorizing. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (eds.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. Feminist International Relations: Making Sense... In: SHEPERD, L. (ed.). *Gender Matters in Global Politics: A feminist introduction to International Relations*. Nova York: Routledge, 2010.